

HABITAÇÃO SOCIAL: PROJETO URBANO OU ANTICIDADE?

Edinaldo Rodrigues Lucas¹ (edinardolucas@gmail.com)
Eline Maria Moura Pereira Caixeta² (elinecaixeta@yahoo.com.br)

Resumo:

O presente artigo consiste em reflexões sobre as origens da cidade e sua possível contribuição na produção do espaço urbano, principalmente no espaço produzido através da implementação de empreendimentos habitacionais para a população de baixa renda. Serão analisados conceitos de cidade, anticidade e unidade de vizinhança. Essas reflexões servirão de base para a análise de empreendimentos voltados a habitação de interesse social na cidade de Goiânia: o conjunto Vera Cruz (1979) e o Jardim Cerrado (2010), ambos na região oeste da capital. Nota-se que as diferenças ideológicas de projeto de cidade e os interesses envolvidos conduzem a criação de cidades bem diferentes.

Palavras-chave: morfologia, espaço urbano, empreendimento de habitação social

¹ Arquiteto e Urbanista, aluno do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás - FAV-UFG.

² Arquiteta e Urbanista, Professora adjunta na Universidade Federal de Goiás, FAV-UFG, onde atua no Curso de Arquitetura e Urbanismo, no Programa de Pós-Graduação Lato Sensu Projeto e Cidade e na coordenação do Laboratório de Arquitetura e Urbanismo FAV/UFG. Líder do grupo de pesquisa CNPq Arquitetura/Interfaces e pesquisadora do grupo de pesquisa CNPq Antropologia, Patrimônio, Memória e Expressões Museais.

1. Introdução

... cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais [...] mais também do que a mera constelação de instituições e dispositivos administrativos [...] Antes, a cidade é um estado de espírito ... (PARK, 1973, p.26)

O presente artigo consiste em reflexões sobre a produção do espaço urbano, principalmente no espaço produzido através da implementação de empreendimentos habitacionais para a população de baixa renda. A cidade se ergue em resposta às demandas de seus habitantes e uma vez formada se impõe como um fato externo bruto. Temos, então que entender quais são as demandas que deram origem às cidades para que possamos desenvolver projetos de cidade/habitação que contemplem as necessidades contemporâneas e criem ambientes confortáveis para o desenvolvimento humano.

O arquiteto e urbanista Nabil Bonduki (1998) em “Origens da habitação social no Brasil - Arquitetura Moderna, Lei do inquilinato e Difusão da Casa Própria” nos traz o panorama de como as cidades brasileiras foram estruturadas pelos projetos de habitação de interesse social ou pela sua ausência. Segundo o autor, as novas relações de trabalho após a abolição da escravidão geraram forte incremento demográfico nas maiores cidades brasileiras. A iniciativa privada foi o primeiro agente que construiu habitação para baixa renda. Os modelos de habitação desenvolvidos pelos empreendedores foram o cortiço (habitação coletiva para aluguel) e as vilas operárias. Na década de 1940, a crise dessa produção rentista fez com que o trabalhador construísse por conta própria nas franjas das cidades gerando bairros populares e favelas. Também a partir da década de 1940, o poder público percebeu que a habitação era uma questão social e ofereceu empreendimentos que apresentavam soluções de “moderna” arquitetura até projetos de baixa qualidade carimbados por todo território nacional.

A inquietação em busca de reflexões sobre a produção do espaço urbano por meio de projetos de habitação de interesse social se deve ao fato de que é comum a constatação sobre a falta de planejamento e critérios técnicos com que o setor privado, ávido pelo lucro fácil e imediato, produz nossas cidades. Porém, os altos investimentos na habitação desde 1964 nos mostram que:

[...] uma parcela expressiva do espaço urbano brasileiro poderia apresentar uma excelente qualidade urbanística e ambiental, se esta intervenção, financiada pelo Estado e produzida pelo setor formal da construção civil, tivesse sido realizada valorizando o projeto. No entanto, predominam – salvo raríssimas exceções – projetos medíocres, uniformes, monótonos e desvinculados do meio físico da cidade, uma intervenção urbanística muito inferior aos IAPs. (BONDUKI, 1998, p.318)

Bonduki escreveu esse texto dez anos antes do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que têm como objetivo garantir o direito à moradia para a população brasileira. Os vultosos recursos investidos e a meta de construção de 2 milhões de

unidades nos dão a certeza que grande parte do espaço urbano construído nas cidades serão fruto dessa política habitacional. Neste artigo vamos analisar duas paisagens resultadas da construção de empreendimentos habitacionais para a população de baixa renda. Mas, a paisagem aqui não é meramente resultado da construção física, é também entendida como suporte ativo das transformações e permanências no tempo. Assim podemos perceber erros e acertos e refletir sobre estratégias para a construção de cidades mais saudáveis, ou seja, projetadas para as pessoas, com escala e densidade adequados ao caminhar, com diversidade sem esquecer a legibilidade, com paisagismo adequado e equipamentos públicos próximos e de qualidade.

Para refletir sobre a possibilidade dos empreendimentos de Habitação de Interesse Social criarem bons espaços urbanos buscaremos, resgatar os conceitos de “unidade de vizinhança”, “aldeia”, “cidade” e “anticidade”, pois através da reflexão desses conceitos já se produziram experiências importantes na história da cidade moderna, sendo imprescindíveis para pensar a cidade na atualidade.

Esses conceitos servirão de base para a análise dois empreendimentos habitacionais em Goiânia: o conjunto Vera Cruz (1979) e o Jardim Cerrado (2010), ambos na região oeste da capital.

Goiânia foi planejada em 1933 com a intenção de associar a cidade ao símbolo de modernidade. Atílio Corrêa Lima teria feito o primeiro estudo para a nova Capital e esses desenhos nortearam a construção dos Setores Central e Norte. Armando de Godoy, que foi contratado após o afastamento de Atílio em 1935, foi o responsável pelas modificações introduzidas no projeto original e pela aprovação do Plano de Urbanização de Goiânia em 1938 (Decreto-lei municipal 90-A).

Segundo Gonçalves (2002, p.170) a partir da década de 60 a expansão urbana se tornou mais complexa tendo os projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) como indutores da expansão da urbana na capital. Segundo o autor, “estes pontos de indução orientaram a distribuição de infraestrutura e dos equipamentos, principalmente a partir da década de 70, além de contribuírem para a valorização das terras vizinhas”. Os primeiros conjuntos foram a Vila Redenção (região sudeste, próximo as terras de Lorival Louza) e as Vilas União e Alvorada (região oeste, próximo as terras dos irmãos Coimbra Bueno). Logo após foram desenvolvidos bons projetos urbanísticos para o Parque das Laranjeiras, Conjunto Vera Cruz e Conjunto Riviera, todos localizados fora das áreas consolidadas.

Na década de 1980, o então governador Iris Resende liderou um projeto audacioso que tinha como objetivo a construção de mil casas em um único dia. Os interesses políticos e eleitorais imporiam ao projeto soluções imediatistas e de pouca qualidade arquitetônica e urbana.

A Cidade de Goiânia tem em seu território a marca dessas e de tantas outras experiências. Essa cicatriz é o que nos interessa, ou melhor, interessa aprender com esses processos e extrair o que podemos aprimorar, refletindo sobre quais são os elementos imprescindíveis para a criação e condução de políticas e projetos de habitação de interesse social condizentes com os interesses coletivos da sociedade contemporânea.

2. Habitação como Projeto Urbano

A cidade é um conjunto de estruturas físicas – ruas, casas, prédios, edifícios institucionais ou comerciais, parques – por onde passam uma série de serviços que cooperam para a vida humana: rede de água, de telefone, de energia, linhas de transporte coletivo etc. Mas, segundo Robert Park (1973, p.73), “a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial”, é “um produto da natureza, e particularmente da natureza humana”.

Faz-se necessário então, entender a formação e a função da cidade para que os projetos de habitação conduzam a criação de espaços habitados que tragam qualidade à todo o contexto urbano. A habitação tem que estar consonante com o projeto de cidade.

Lewis Mumford (2008) discute historicamente as origens, transformações e perspectivas da cidade:

Para alcançar uma perspectiva suficiente das tarefas imediatas do momento, proponho-me retroceder até os começos da cidade. Precisamos de uma nova imagem da ordem que abrangerá o orgânico e o pessoal, e acabará por abraçar todos os cargos e funções do homem. Somente se pudermos projetar essa imagem, seremos capazes de encontrar uma nova forma para a cidade. (MUMFORD, 2008, p.2)

Com a ajuda do autor retrocedemos às origens e entendemos a cidade como um **ponto de encontro**, como **mãe** e como (unidade de) **vizinhança**.

A cidade como ponto de encontro:

Antes da cidade, houve uma pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso houve uma certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais. A vida Humana agita-se em dois polos: movimento e repouso. (MUMFORD, 2008, p.3)

Segundo Mumford, mesmo antes da cidade ser um lugar de residência fixa, ela começa como um ponto de encontro onde as pessoas periodicamente voltam, o autor se refere aí aos santuários (cemitérios e templos). Assim, hoje em dia é característica essencial à cidade a atração de outros usuários temporários (forasteiros) seja por motivo ainda espiritual/sentimental ou seja para o comércio. Então, a cidade não deve contrapor à essa característica que a diferencia da aldeia e deve criar espaços não-hostis aos que por ela passam.

Porém a capacidade que a cidade tem de receber os que por ali passam não pode destruir a suas características maternas e sim reforçá-las. Segundo Mumford “a casa e a aldeia, e com o tempo a própria cidade, são obras da mulher” (MUMFORD, 2008, p. 12). Foi a mulher quem “domesticou” as atividades essenciais para a origem da aldeia: fez recipientes (cestos e vasos de barro); cuidou dos jardins, selecionando e transformando espécies rudes em variedades domésticas e nutritivas; era a mulher que trabalhava com o solo deixando-o propício para o plantio, fazendo desse espaço habitado um lugar mais seguro e propício à vida humana:

A vida estável da aldeia tinha uma vantagem sobre as formas itinerantes e mais frouxas de associação, dos grupos menores, pelo fato de proporcionar um máximo de fecundidade, nutrição e proteção. Graças à divisão do cuidado com os filhos pela comunidade, pode prosperar um número maior deles. Sem esse longo período de desenvolvimento agrícola e doméstico, os excessos de alimento e capacidade de trabalho que tornaram possível a vida urbana não teriam existido. (MUMFORD, 2008, p. 12)

Segurança, receptividade, proteção e nutrição são então, características essenciais à cidade que a aproxima da figura materna. “Nos hieróglifos egípcios, “casa” e “cidade” podem surgir como símbolos de mãe, como que confirmar a semelhança da formação formadora individual e coletiva” (MUMFORD, 2008, p. 12).

Esse instinto, protetor e receptivo, pode ser atribuído também à gênese das relações de vizinhança. Antes mesmo de existir a cidade, a aldeia já criava o vizinho. Na aldeia o vizinho era aquele fácil de chamar, com quem se repartia as crises da vida, velavam os mortos e se comemoravam os nascimentos. Mumford (2008, p.598) coloca ainda, que a vizinhança é “tão essencial à vida urbana equilibrada como os seus centros de cultura mais elevados e suas associações utilitárias”.

Robert Park formulou uma base teórica para o estudo sistemático da sociedade e, já em 1916, começou a colocar a importância da unidade de vizinhança. Segundo Park (1973, p.30), “todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes”. Para o autor, a unidade de vizinhança é a menor unidade local na organização social e política da cidade, é desenvolvida pelos interesses locais e faz da residência a base da participação no Governo.

A unidade de vizinhança é uma unidade social que, por sua clara definição de contornos, sua repetição orgânica interna, suas reações imediatas, pode ser justamente considerada à semelhança da mente social ... [...] É difícil enganar uma vizinhança a respeito de seus próprios interesses. (PARK, 1973, p.31)

Para Mumford (2008) o princípio da unidade de vizinhança:

... era colocar dentro de uma distância percorrível a pé todas as facilidades necessárias diariamente ao lar e a escola, e manter fora dessa área de pedestres as pesadas artérias de tráfego que conduzem as pessoas ou mercadorias que nada tem a ver com a vizinhança. (MUMFORD, 2008, p.597)

Seria então um bom projeto de cidade igual a um mosaico de unidades de vizinhanças? A princípio e simplistamente, parece que sim, e foi isso que os grandes projetos das cidades planejadas brasileiras tentaram fazer, basta analisar as superquadras de Brasília e Palmas ou o Setor Sul da capital Goiânia.

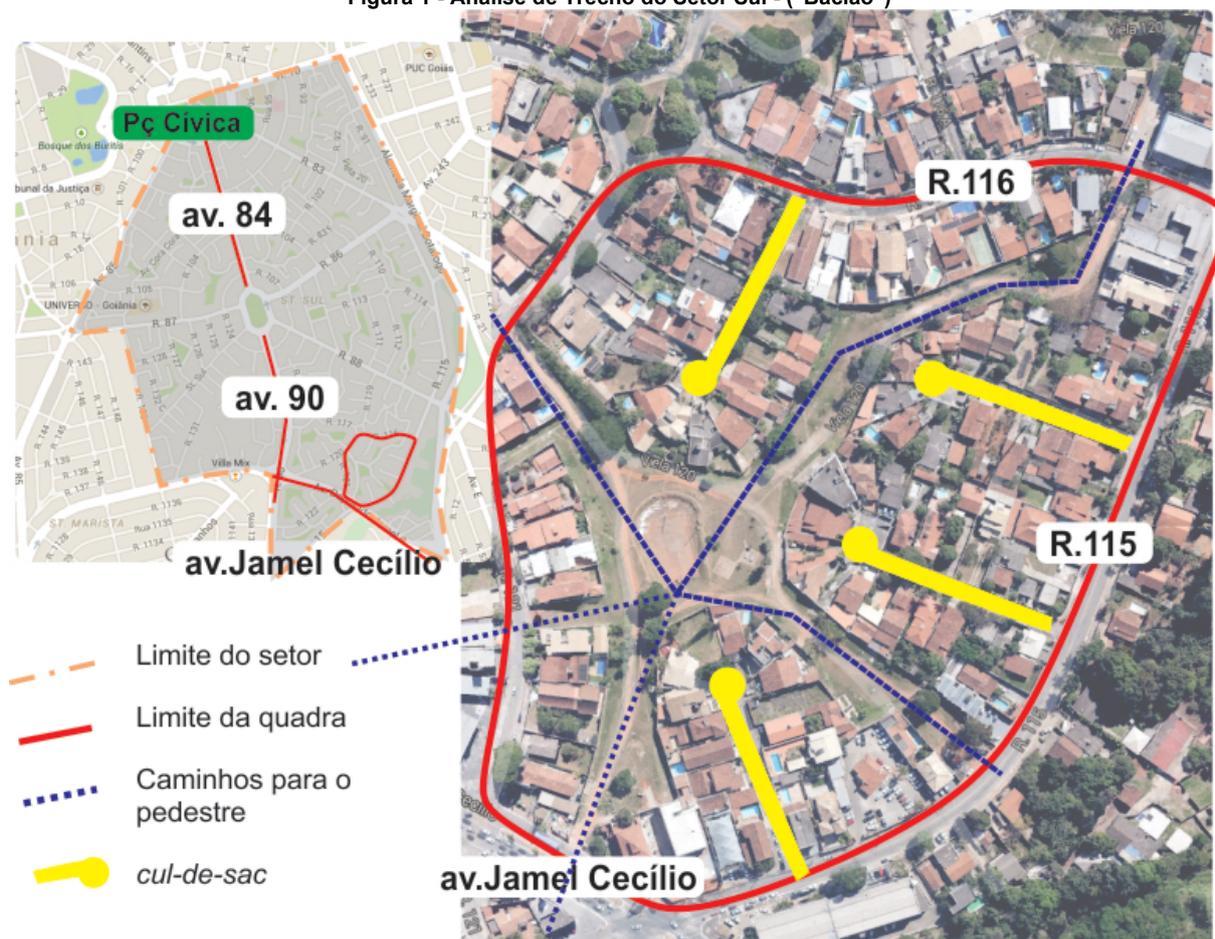
O Setor Sul apresenta uma conformação que o difere da configuração tradicional da maioria dos bairros nas cidades brasileiras. Foi Inspirado nos modelos americanos de bairro jardim. O Setor Sul trouxe para a capital planejada uma experiência extremamente contemporânea à época, basta lembrar que Robert Park começara a escrever sobre as unidades de vizinhança em 1916 e as experiências americanas, especialmente de Clarence Stein e Henri Wright datam da década de 1920.

O Setor sul é um projeto de cidade baseado na escala humana e almeja que o desenho do bairro traga qualidade de vida aos seus habitantes, fato comprovado pelos pontos descritos em sua proposta:

- a) Separação, quando possível, das ruas de residência das de tráfego;
- b) Fazer as ruas de residência com tráfego mínimo, e apenas indispensável para o acesso às residências, de modo ser suficiente uma pavimentação muito barata para elas, que possa ser feita pelos próprios proprietários;
- c) Isolar as residências dos inconvenientes do barulho, pó e do perigo das ruas de tráfego intenso;
- d) Fazer o menor número de possível de ruas de tráfego: - poucas ruas de muito tráfego, em vez de muitas ruas de pouco tráfego, de forma que a prefeitura possa cuidar bem delas, por serem poucas, sem grandes dispêndios;
- e) Separar, o quanto possível, o tráfego dos pedestres do dos veículos;
- f) Garantir a aeração possível, às residências;
- g) Prever vegetação abundante. (ALVARES apud GONÇALVES 2002, p.32)

Com essa proposta o desenho do Setor Sul construiu um projeto de cidade – com desenho e intenções claras - em consonância com o que analisava Robert Park. Apesar de o projeto não ter sido executado totalmente da forma como foi previsto e da população não ter incorporado as ideias do conceito de cidade jardim percebemos hoje que o setor tem em seu desenho as características explicitadas no texto do projeto e conserva certa qualidade urbano-paisagística como se pode verificar na figura 1 que demonstra uma das quadras do Setor Sul.

Figura 1 - Análise de Trecho do Setor Sul - ("Bacião")



Fonte: Google Maps, modificado pelo autor

A partir da figura acima é notório ver que há um potencial no espaço construído porém falta, em muitos casos, a consciência do morador e ações de ativação do espaço – uso cotidiano e/ou outros eventos culturais.

3. Anticidade

Dentro da prática atual, vendemos o nosso direito urbano de berço em troca de uma triste confusão de automóveis. (MUMFORD, 2008, p.597)

A prática baseada no automóvel nos dias de hoje, meados da segunda década do séc. XXI, principalmente quando analisamos os projetos habitacionais sociais, não difere muito do contexto analisado por Mumford na década de 1960 do século passado. Lá o autor analisava a desconstrução do projeto da cidade (Anticidade) a partir da locação dos subúrbios de massa norte-americanos nas periferias sendo o transporte individual a solução para o deslocamento. Para o autor a escolha do automóvel particular em detrimento do transporte de massa ajuda a destruir o tecido da cidade e limita as possibilidades de criação de um organismo urbano maior, de dimensões regionais.

Desencorajando e eliminando o pedestre, deixando de ampliar e aperfeiçoar o transporte de massa, nossos funcionários municipais e engenheiros rodoviários criaram uma situação que exige densidades residenciais extremamente reduzidas. Também nesse caso, o monopólio do espaço privado não só reduz as facilidades sociais da cidade, como sacrifica também o espaço público aberto em favor do privado. (MUMFORD, 2008, p.608)

Para o autor a conclusão é evidente: qualquer projeto de transporte tem que se basear na criação de um banco de terras públicas, estabelecendo densidades desejáveis de ocupação e criando uma rede de vias tronco maiores para o escoamento do transporte público. Nos serve de alerta para pensarmos um projeto de cidade que inclua a habitação do trabalhador na malha urbana diminuindo, assim, os deslocamentos e garantindo o “direito à cidade” aos menos favorecidos.

A diminuição dos deslocamentos propiciaria também o maior uso de meios de transporte não motorizados propiciando a criação de ambientes e espaços exclusivos para o pedestre (passante) ou ao morador, diferente do que é concebido hoje onde a maior parte do espaço público está ocupado por veículos individuais, seja em movimento ou estacionados.

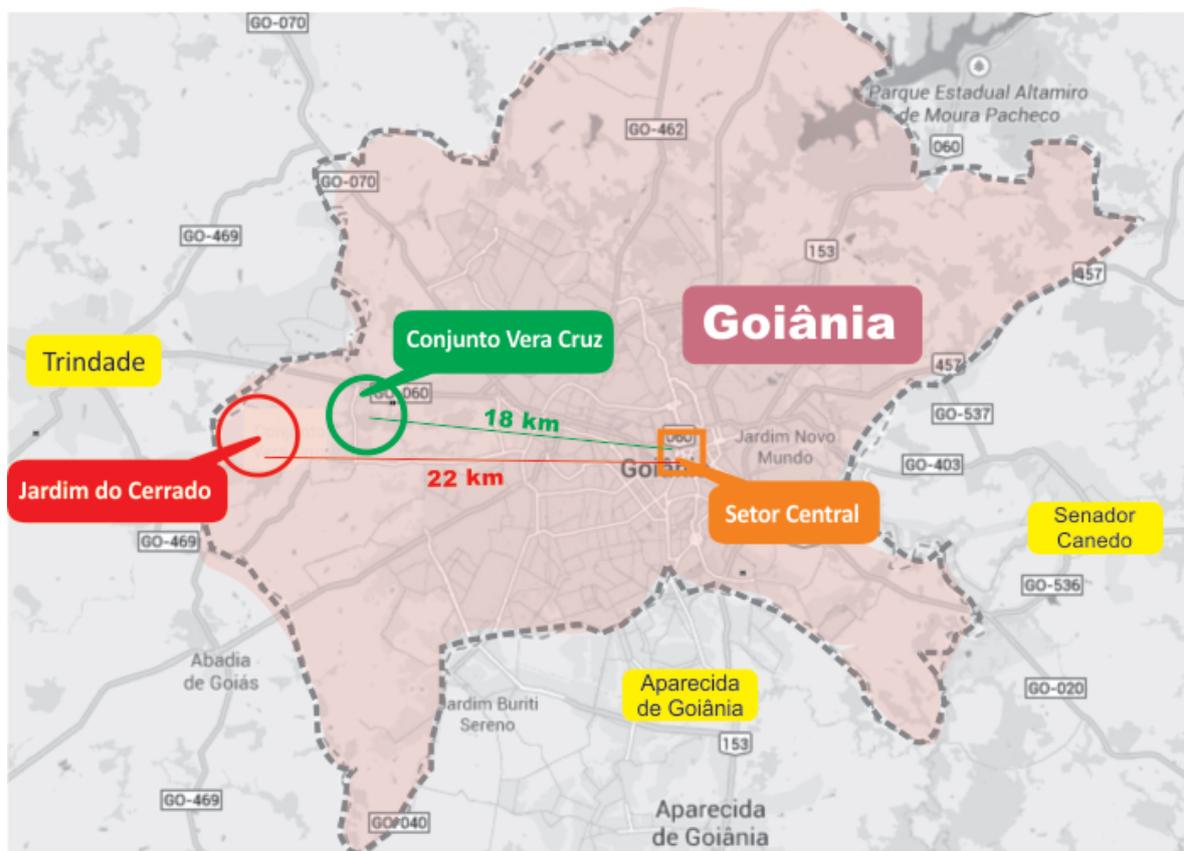
A Anticidade é o espaço projetado que não propicia o convívio dos vizinhos, o encontro dos cidadãos, a festa cívica, a diversidade, enfim, a vida em comunidade. A Anticidade é o lugar onde as estruturas urbanas priorizam o carro em detrimento do ser humano, prioriza a especulação individual ao bem coletivo, a falsa segurança e isolamento à confiança do viver em comunidade. É a desconstrução do projeto de cidade.

4. Duas formas de fazer habitação/cidade – uma breve comparação de casos em Goiânia

Segundo Alexandre Ribeiro Gonçalves (2002) o surgimento dos conjuntos habitacionais do BNH no fim dos anos 1960 complicou ainda mais o processo de expansão em Goiânia. Esses empreendimentos eram - e ainda são - usados como indução do crescimento da cidade, para tanto se situavam em locais “estratégicos” nos limites da cidade. Essa estratégia coopera para um modelo de expansão que cria bolsões de pobreza dispersos, pouco densos e distantes dos equipamentos públicos. Porém há grandes diferenças morfológicas e consequentemente na qualidade urbana nos diferentes empreendimentos habitacionais na capital.

Para colocar em prática as reflexões feitas anteriormente, elegemos dois conjuntos habitacionais em Goiânia: o conjunto Vera Cruz (1979) e o Jardim Cerrado (2011). Os dois conjuntos estão localizados na região oeste e ambos foram localizados desconectados da malha urbana existente (fig. 02).

Figura 2 - Mapa do município de Goiânia com a localização dos Conjuntos Vera Cruz e Jardim Cerrado.



Fonte: Google Maps, modificado pelo autor.

O conjunto Vera Cruz foi criado pelo Decreto Nº 140, de 15 de março de 1979. Foi planejado por um grupo de arquitetos “Grupo Quatro”, composto pelos arquitetos Solimar Neiva, Luiz Fernando Cruvinel, Waldir Santos Aguiar e José Silveira e executado pela antiga Cohab (Companhia de Habitação de Goiás) em quatro etapas. As casas eram destinadas para pessoas de baixa renda e havia uma diversidade de tipologias habitacionais, os projetos tinham unidade de um, dois e três quartos. Apenas a etapa 1 foi implantada de acordo com o projeto. Com a mudança de governo em 1983 (Ary Valadão/Iris Resende) o projeto foi modificado, criando habitações geminadas com a intenção de contemplar mais famílias.

Na concepção do projeto urbano do conjunto Vera Cruz havia uma ideologia, um projeto de cidade, e essa intenção já era reconhecida na criação da equipe multidisciplinar para condução do projeto: a Agência de Desenvolvimento Local era composta por profissionais de diferentes formações como Arquiteto e Urbanista, Engenheiro Civil, Sociólogo e Psicólogo. Por ocasião da distância do centro a equipe pensou o projeto como uma cidade satélite com abastecimento local, correios, banco comércio e empregos. Assim, o projeto que deu origem ao bairro foi desenvolvido definindo clara setorização no bairro, ali teriam áreas separadas para a moradia, o comércio e os serviços. A correta distribuição desses usos privilegiou os

deslocamentos não motorizados sobre os motorizados e o pedestre pode caminhar através de áreas verdes que ligam todo o bairro.

O bairro possui avenidas que o articulam como um todo, reservando áreas ao longo destas avenidas para quadras comerciais e as separando por áreas verdes. Outra característica deste conjunto habitacional é a separação da área comercial da residencial, residências estas cujos acessos aos moradores se dá por ruas em sistema de “alça” (fig. 03).

Figura 3 - Mapa esquemático representa a Primeira etapa do Conjunto Vera Cruz e alguns de suas qualidades urbanísticas



Fonte: Fonte: Google Maps e SIGGO, modificado pelo autor.

Através dessas soluções morfológicas percebe-se claramente os limites do bairro, e é clara a intenção do projetista de criar um espaço urbano onde a maioria das atividades sejam feitas em percursos pequenos, caminháveis. Um espaço onde o encontro, a segurança, a receptividade e a proteção sugerem uma vizinhança.

O Jardim Cerrado também localizado na saída para Trindade faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Segundo o superintendente da empresa responsável pelo empreendimento, Paulo Henrique Simões, serão entregues 10 mil unidades e a expectativa é que abrigue 40 mil pessoas até 2016. Esse é o maior empreendimento

imobiliário do programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida dentro do conceito de autossuficiência, garante. Ainda segundo o superintendente, o bairro terá quadras comerciais, desenvolvidas dentro do conceito strip mall, um modelo comercial muito comum nos Estados Unidos (ADEMI NEWS, 2012).

Strip Mall é um shopping a céu aberto, onde as lojas estão dispostas em uma fileira, com uma calçada em frente. Este conceito demonstra pouca qualidade urbanística em projetos pesquisados localizados nos Estados Unidos ou Canadá. A simplificação desse modelo norte americano, no empreendimento, pode ainda ser mais desastroso, visto que não há nenhum rebatimento dessa escolha no desenho do projeto urbanístico do bairro.

No interior do bairro existem pouquíssimas áreas verdes e elas não tem nenhuma ligação entre si. O desenho dos espaços públicos não apresenta nenhum conceito norteador que favoreça o uso pelo morador.

Figura 4 - Fonte: Fonte: Google Maps e SIGGO, modificado pelo autor.



Fonte: Fonte: Google Maps e SIGGO, modificado pelo autor.

Fica evidente nesse empreendimento que a quantidade de unidades oferecidas sobrepõe a qualidade urbana ofertada. Nos arredores do Jardim Cerrado, a mesma

construtora que implementou o projeto do PMCMV, construiu unidades de um padrão um pouco mais elevado para atingir outra faixa de renda, ficando claro que o objetivo maior do projeto de habitação de interesse social não é a instalação das famílias e nem a construção de uma cidade mediante o atendimento das demandas sociais. O que se quer aqui não é nada além do que já fora alertado por Gonçalves (2002): induzir o processo de crescimento, orientando a distribuição da infraestrutura e dos equipamentos urbanos contribuindo para a valorização das áreas vizinhas.

A comparação dos dois exemplos apresentados nos traz poucas certezas e a maioria delas pouco animadoras. É fato que ambos os projetos estavam rodeados de interesses imobiliários e ambos foram utilizados como vetores de especulação. Porém a de se constatar a importância do projeto, do desenho. No caso do Conjunto Vera Cruz havia uma consciência, uma ideologia que moldava o projeto de cidade, que deve ter sido acumulada com outros projetos de bairros como o próprio Setor Sul. O Grupo Quatro, que depois projetaria Palmas, colocou no papel um projeto de bairro que aliava o desejo de se viver em comunidade, perto do trabalho (aproveitando o potencial da rodovia), com deslocamentos facilitados ao pedestre e com qualidade paisagística visto que os diferentes usos são separados por áreas verdes. Há um interesse coletivo de ordem social.

O Jardim do Cerrado, projeto do PMCMV, terceirizado às construtoras privadas parece retroceder no que tange ao projeto. Duas décadas depois da experiência do Vera Cruz, mais de meio século após a implantação do Setor Sul, não há indícios de acúmulo de experiências aplicadas ao projeto e sim a repetição de um modelo americano de pouca qualidade.

Fato é que estamos construindo bairros a partir de empreendimentos habitacionais para baixa renda e, na maioria dos casos, a solução projetual é desprovida de um amplo pensamento de cidade. O resultado é uma organização que se impõe como “um fato externo bruto” desconectado de todas as demandas para o pleno desenvolvimento humano.

A breve análise desses dois empreendimentos leva a reflexão dos caminhos possíveis quando se trata da construção de empreendimentos de Habitação de Interesse Social. A intenção aqui foi trazer à tona as características motivadoras da origem das cidades para que possamos fazer projetos urbanos que não se esqueçam dos objetivos primordiais da cidade, como promover o encontro, a segurança, a receptividade e proteção.

REFERÊNCIAS:

ADEMI NEWS, **Boletim Virtual** da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás, disponível em http://www.ademigo.com.br/iframe/ademi_news_detalhe.php?id=11696&PHPSESSID=836d7d8521529b7d7b6529b6942b8e73, acessado em 16 de abril de 2014.

BENETTI, Pablo. **Habitação Social e Cidade**. Rio Books - Prourb, 2012.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil Arquitetura Moderna, Lei do inquilinato e Difusão da Casa Própria**. Editoria: Estação Liberdade, 1998.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para projetos habitacionais e urbanos**. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **A construção do espaço urbano de Goiânia (1933-1968)**. Dissertação de Mestrado (2002)

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas** - 5ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2ª ed., 1973.

ROLNIK, Raquel. **A lógica da desordem**. Le Monde Diplomatique, Brasil, ano 2, n. 13, 2008.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2ª ed., 1973.